



A economia tingida de vermelho

Síntese: O desempenho da economia brasileira no terceiro trimestre estendeu uma camada de desalento sobre o futuro do país. A atividade caiu de maneira generalizada e em todas as bases de comparação. Já são dez trimestres de recessão, que caminha para ser a mais profunda e a mais prolongada da nossa história. Desde o segundo trimestre de 2014, praticamente todos os segmentos da economia encolheram, e muito. A queda da renda per capita já é maior do que a da "década perdida". Os resultados ruins projetam um 2017 ainda mais difícil para os brasileiros, ao mesmo tempo em que impõem a necessidade de realização de uma agenda ousada de reformas estruturais.

Não é simples figura de retórica. Não é, também, apenas por ser decorrência das péssimas políticas levadas adiante pelos anos de descabros do PT. Mas a economia brasileira tingiu-se de vermelho no terceiro trimestre do ano. A recessão disseminou-se e todos os segmentos da atividade apresentaram queda, em todas as bases de comparação intertemporal. Nunca antes na história, o país viveu crise tão profunda, tão séria, tão longa e espraída.

No trimestre, o recuo do PIB foi de 0,8% sobre os três meses precedentes, o que equivale ao dobro da queda anterior nesta base de comparação. Em relação ao mesmo período de 2015, o tombo atingiu 2,9% e no acumulado em 12 meses, 4,4%. Nenhum setor escapou: agropecuária, indústria, serviços, consumo das famílias e do governo, investimentos, exportações e importações – todos embicaram para baixo. Entre os subsetores, no cotejo com o segundo trimestre apenas a indústria extrativa mineral e os serviços de informação apresentaram alta no período. Mas foi só.

A recessão brasileira já dura dez trimestres, ou seja, vem desde o segundo trimestre de 2014, conforme os critérios de datação adotados pela FGV. Desde então, segundo a série do IBGE, o PIB acumula queda de 8,3%. Já é dado quase como líquido e certo que a baixa ainda irá prosseguir até chegar em torno de 9% lá pelo fim do primeiro semestre do ano que vem. Se confirmada, a atual crise passará a ser a mais extensa e a mais profunda da história do país, superando os estragos registrados nas épocas da moratória da dívida externa (governo Sarney) e do confisco das cadernetas de poupança (governo Collor).

Depois desta sequência de recuos, o PIB brasileiro voltou ao nível em que estava no terceiro trimestre de 2010. Já são, portanto, seis anos jogados no lixo em decorrência da fracassada política econômica posta em prática pelos governos petistas. Estima-se que apenas na próxima década a economia do país retornará ao pico em que bateu na virada de 2013 para 2014. Mesmo assim, isto somente ocorrerá caso se confirmem as previsões mais otimistas para 2018 em diante.

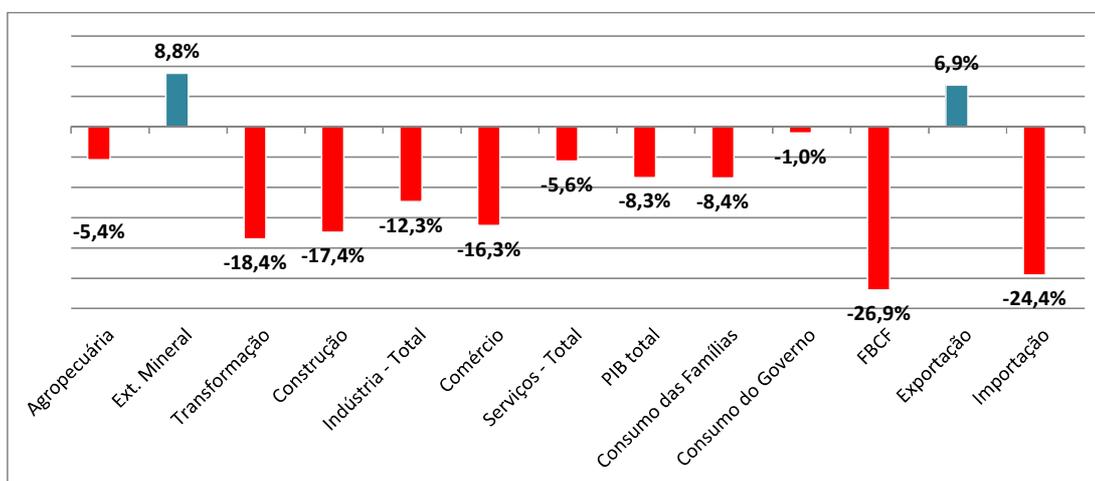
Frustração e empobrecimento

A verdade é que, no terceiro trimestre, frustrou-se a expectativa de que a economia já havia se estabilizado e de que a mudança de ares levemente indicada nos três meses anteriores havia aberto a perspectiva de um 2017 melhor. Não mais. O clima agora é de muita apreensão, dada a constatação de que tanto a confiança de empresários quanto a dos consumidores não reagiram como a economia do país precisava para sair do fundo do poço.

A queda neste ano deverá situar-se em torno de 3,5%, depois de a economia já ter desabado 3,8% em 2015. Com isso, a renda disponível por habitante, o chamado PIB per capita, cairá ainda mais. De acordo com estimativas do Goldman Sachs, a redução neste indicador já chega a 10,3% desde o início da recessão. Trocando em miúdos, este é o percentual que o brasileiro já empobreceu, em média, desde que a economia começou a afundar sob o peso da inépcia petista. É bem mais – e em apenas três anos – que os 7,6% registrados na chamada “década perdida”, os 12 anos de depressão entre 1981 e 1992. Como no ano que vem o crescimento, se houver, será minúsculo, a riqueza média nacional continuará diminuindo pelo quarto ano seguido.

Desde o início da recessão, no segundo trimestre de 2014, praticamente todos os segmentos que compõem o PIB minguaram, e muito. O caso mais agudo é o dos investimentos, com queda acumulada de quase 27%. Apenas as exportações e a indústria extrativa mineral, baseada no petróleo e na mineração, se salvaram até agora, preservando alguma alta, enquanto serviços públicos e atividades imobiliárias ficaram estacionados no período.

Variação acumulada desde o início da recessão*



Fonte: IBGE/Contas Nacionais/Terceiro trimestre de 2016. Elaboração própria. *Desde o segundo trimestre de 2014

Um dos aspectos mais perversos da atual recessão é o desalento que, temperado pelo desemprego recorde, se esparrama pela sociedade, brecando intenções de consumo e decisões de investimento. Este, particularmente, é um dos principais atingidos pela crise e um dos que mais tem feito falta para reativar os motores da atividade produtiva. A chamada formação bruta de capital fixo (FBCF) – ou seja, o dinheiro aplicado em máquinas, construções e equipamentos para ampliar a capacidade de produção – caiu pelo 12º trimestre consecutivo e encontra-se no seu pior nível desde 2009.

No trimestre, a queda da FBCF foi de 3,1%, depois de um suspiro positivo de 0,5% no período anterior. Com isso, a taxa de investimento calculada como proporção do PIB desceu a seu mais baixo patamar em 11 anos, ou mais precisamente desde o quarto trimestre de 2005. Agora está em 16,5%, quando se sabe que o mínimo que o país precisa é de que ela alcance algo como 25% do PIB. Em toda a série histórica do IBGE, iniciada em 1996, só houve cinco trimestres em que esta proporção esteve em situação pior do que a de agora.

Um dos setores que mais sofre e menos ajuda é a indústria, que também há sete trimestres encolhe – entre julho e setembro, a baixa foi de 1,3%, chegando a 5,4% no acumulado em um ano. O segmento mais dinâmico, a indústria da transformação, já diminuiu 20,7% desde sua máxima, em meados de 2013, e retrocedeu ao nível de fins de 2009. Desde que o Brasil deixou de ser uma economia predominantemente agrícola, em meados do século passado, nunca teve participação tão pequena no PIB, agora de 11,8%. Há vários setores

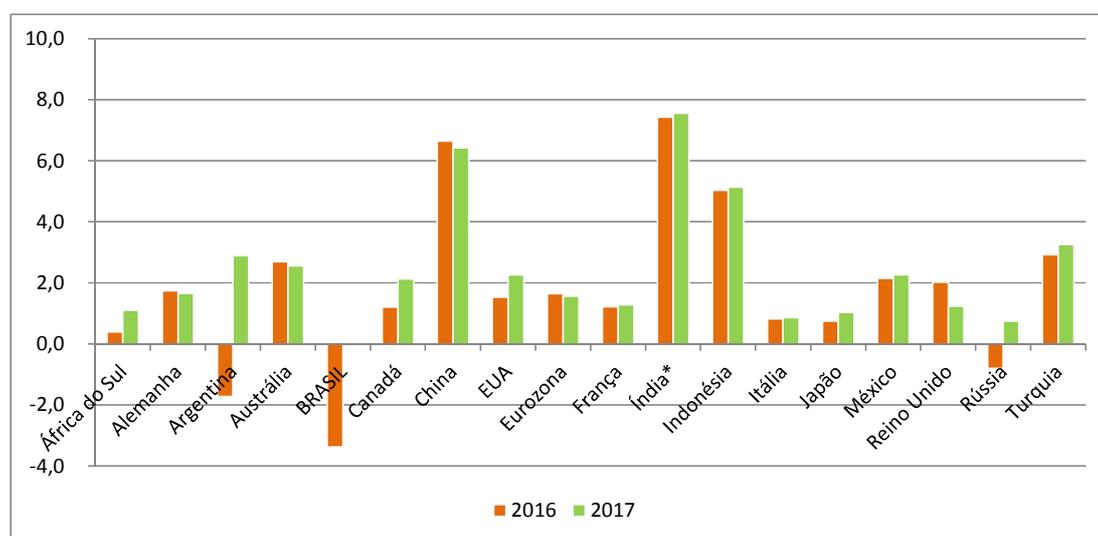
importantes, como o automotivo, a siderurgia e a fabricação de máquinas, com ociosidade altíssima nas suas linhas de produção, na casa de 50% a 60%.

Sem saídas

Nas outras crises bravas do passado, o país dispunha de alguns instrumentos à mão para reanimar a economia. Agora não. As exportações estão embaçadas pela retração do mercado mundial – a Organização Mundial do Comércio prevê crescimento modesto, de 1,7%, neste ano, com os negócios retrocedendo a um nível próximo ao dos anos 1990. No ano, até novembro, as vendas brasileiras ao exterior já caíram 2,9%, de acordo com a Secex.

Se o setor externo não estimula, o consumo interno vai de mal a pior, com as famílias tendo que se virar para fazer o salário durar até o fim do mês e ainda pagar as dívidas que se acumularam. As empresas também estão com a corda no pescoço, inviabilizando qualquer esperança em relação à ressurreição dos investimentos no horizonte de curto prazo.

Previsão de crescimento do PIB – países do G20 (em %)



Fonte: OCDE/Global Economy Outlook/Novembro de 2016. Arábia Saudita e Coreia do Sul não tiveram previsões divulgadas. *Índia: ano fiscal.

O consumo das famílias caiu pelo sétimo trimestre seguido, depois de uma sequência de alta quase ininterrupta iniciada no começo de 2005. Desde o pico, no finzinho de 2014, a queda acumulada já alcança quase 10%. Com a política de concessão excessiva de crédito ditada por Dilma Rousseff e sua turma, que levou a uma explosão de demanda e de endividamento, a galinha dos ovos de ouro morreu. Em algumas bases de comparação, nos últimos trimestres a queda do consumo tem sido mais aguda que a do PIB geral.

Um dos aspectos que colabora para a diminuição do consumo é o desemprego. O exército de desocupados já supera 12 milhões de brasileiros e se aproxima de 23 milhões quando se consideram também aqueles para quem falta trabalho – ou porque a carga horária disponível é menor que 40 horas semanais (subocupados) ou porque simplesmente desistiram de buscar uma ocupação (desalentados). Desde a reeleição de Dilma até agora, o total de desempregados no país aumentou em 5,6 milhões de pessoas ou 87%, segundo o IBGE. Numa situação assim, até quem ainda consegue preservar o emprego age como desempregado e guarda todo dinheiro que pode – quando sobra.

Ainda pessimista

As previsões para a economia brasileira no ano que vem tornaram-se declinantes depois da divulgação dos resultados do PIB no terceiro trimestre pelo IBGE. O otimismo que previa expansão da atividade em torno de 1,6%, como constava das estimativas oficiais até o mês passado, acabou. Agora o intervalo de prognósticos varia de 0%, como nos números da OCDE, a 0,8%, conforme a média dos analistas do mercado interno ouvidos semanalmente pelo Banco Central. Por efeitos estatísticos, se não sair do lugar no próximo ano, ainda assim a economia do Brasil encolherá algo como 0,8% em 2017.

O desempenho brasileiro é um ponto fora da curva num mundo que crescerá em torno de 3% tanto neste quanto no ano que vem, de acordo com as mais diferentes fontes de prognósticos. Segundo a OCDE, tanto em 2015 quanto em 2016 e 2017, teremos o pior desempenho entre as economias do G20, com -3,8%, -3,4% e 0%, respectivamente. A maior parte dos países desenvolvidos e dos emergentes está crescendo e até vizinhos outrora problemáticos já se encontram em melhor situação que a nossa – a economia argentina, por exemplo, deve cair 1,7% neste ano, metade do tombo brasileiro, e crescer 2,9% em 2017.

Ou seja, mais uma vez, como se ainda fosse necessário, ficam cabalmente caracterizadas a falácia, o engodo e a má-fé dos argumentos que, durante anos, os governos do PT utilizaram para justificar o mau desempenho econômico brasileiro decorrente das orientações de políticas públicas ditadas por Dilma Rousseff e sua equipe. O Brasil não vai mal (nem nunca foi) por causa do resto do mundo, mas sim por erros e decisões temerárias tomadas internamente pelas gestões petistas.

A herança maldita da chamada “nova matriz econômica” se compõe de recessão, desemprego, aumento da pobreza, endividamento e parcas perspectivas de melhora no horizonte de curto prazo. Sob a névoa dos experimentos e da irresponsabilidade no trato dos recursos públicos, jaziam estratégias econômicas reconhecidamente fracassadas no passado e os maus resultados que iniciativas populistas sempre produzem. Este legado mais severo e danoso que o previsto vai exigir esforço ainda maior não apenas do governo Michel Temer, mas certamente também dos que o sucederão. Vai levar tempo, e exigir muita disciplina e dedicação, até que o país supere o estrago monstro patrocinado pelas gestões do PT.

Reformas já

Como forma de superar a recessão, resta, como única alternativa de política econômica, baixar a taxa básica de juros, a fim de baratear os custos de capital no país, impulsionar investimentos produtivos e abrir brecha para a redução do endividamento de famílias e empresas. O movimento capitaneado pelo Banco Central, no entanto, tem sido muito tímido, com queda de apenas 0,5 ponto percentual até agora, depois de quatro anos sem a Selic encolher. A atual baixa da inflação permite considerar reduções mais robustas dos juros nos próximos meses sem incorrer no voluntarismo que marcou a última temporada de cortes, entre 2011 e 2013. Contudo, o imenso desequilíbrio fiscal do governo brasileiro – com seus, pelo menos, quatro anos de déficits, que somados devem superar R\$ 440 bilhões – não colabora para o desejado relaxamento monetário e contribuem para manter o Brasil como campeão mundial de juros.

A saída da maior recessão da história brasileira certamente será lenta, e ainda está distante. Alavancas de outrora não estão mais à disposição. O aumento do crédito não funciona perante uma sociedade altamente endividada. O câmbio também não tem como impulsionar os negócios com o exterior, porque o mercado global, agora sem o motor do boom das commodities, não acolhe os pouco competitivos bens e serviços brasileiros. Aumentar ainda mais os tributos seria como cortar o pouco oxigênio do paciente.

A solução está na realização de profundas reformas estruturantes, algo de que os governos do PT preteriram por mais de uma década. O primeiro passo está sendo dado com a aprovação da proposta de emenda constitucional que impõe teto para os gastos públicos ao longo dos próximos 20 anos, em vias de ser sacramentada no Congresso. Mas passa, sobretudo, por enfrentar também os desequilíbrios monstruosos que se acumulam no nosso sistema de previdência. Não basta, porém.

O governo precisa ressuscitar uma agenda de mudanças de âmbito microeconômico que sejam capazes de desatar nós que embotam a competitividade do país. Há desde todo um rol de ações para impulsionar os investimentos, reduzindo a burocracia e aumentando a segurança jurídica, até medidas que reatem o Brasil ao comércio global, ao qual virou as costas nos últimos tempos. Concessões e privatizações são cruciais para tentar reativar a economia, gerar empregos e tapar sorvedouros de dinheiro público – em suma, para transformar o que hoje é entrave em alavanca de crescimento. Podem entrar na pauta também iniciativas para simplificar a nossa estapafúrdia estrutura tributária e, sobretudo, aprumar nosso reprovado sistema educacional. Ou seja, há muito mais a fazer do que simplesmente a necessária, embora insuficiente, limitação dos gastos do governo. A tarefa não é simples, mas poderá ser menos difícil se for tomada como um dever de todos.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação mensal do Instituto Teotônio Vilela.